

POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964

Ernelo Schallenberger⁵³
Iara Elisa Schneider⁵⁴

RESUMO

Este artigo pretende analisar, através de um estudo de caso, como as políticas de colonização adotadas pelo governo em diferentes conjecturas políticas influenciaram na colonização e no desenvolvimento de certas regiões. Para tanto, será analisada a região Oeste do Paraná, cuja colonização esteve inserida no projeto de colonização e nacionalização das fronteiras denominado de "Marcha para Oeste" arquitetado pelo governo Getúlio Vargas, a partir de 1930, e foi efetivada por companhias colonizadoras particulares, atendendo aos anseios do capital, de inserir novas áreas à economia nacional e de garantir a soberania nacional, através da ocupação das áreas de fronteira. Assim, pretende-se analisar se após a instauração do regime militar, em 1964, houve alguma mudança nas formas de gerir o desenvolvimento regional e no que havia sido proposto quando da colonização da área em 1930.

Palavras-chave: Políticas de colonização, fronteiras agrícolas, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This article intends to analyze, through a case study, as the colonization politics adopted by the government in different conjecture politics influenced in the colonization and in the development of certain areas. For so much, the area West of Paraná will be analyzed, whose colonization was inserted in the colonization project and nationalization of the borders denominated of "Marcha para Oeste" built by the government Getulio Vargas, starting from 1930, and it was executed by companies private, assisting to the longings of the capital, of inserting new areas to the national economy and of guaranteeing the national sovereignty, through the occupation of the border areas. Like this, it intends to be analyzed after the beginning of the military regime, in 1964, there was some change in the forms of managing the regional development and in what it had been proposed when of the colonization of the area in 1930.

Key-words: Politics Colonization, agricultural borders, regional development.

⁵³ Doutor em História pela PUCRS; professor do CCHS e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE. e-mail: erneldo@uol.com.br.

⁵⁴ Socióloga; mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE. e-mail: iaraschneider19@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Para entender o processo de colonização e desenvolvimento da região Oeste do Paraná faz-se necessário, inicialmente, um resgate histórico sobre a trajetória política iniciada por volta de 1930 e as mudanças em suas conjecturas, principalmente após a instauração do regime militar em 1964.

A trajetória do desenvolvimento conformada ao longo da história política brasileira, principalmente a partir de 1930, foi marcada por uma série de crises econômicas, abalos e rupturas institucionais. Estas crises, que assumiram caráter econômico, político e institucional, revelaram disputas de projetos políticos e de ideologias no seio da sociedade brasileira que, lentamente, abandonava o modelo de desenvolvimento de base primário-nacionalista, característico até a década de 1950, e passava a outro, quantitativa e qualitativamente distinto, o de base industrial-exportador (IANNI, 1991).

O setor privado, fundamentalmente representado pela classe cafeicultora, até aquele momento, era incapaz de promover e organizar uma nova estrutura de desenvolvimento para o país que se pautasse na industrialização e na formação de um mercado mais eficiente, sendo assim, a responsabilidade deste projeto ficou a cargo do Estado, que deveria promover, executar e gerenciar uma nova política, baseada na implantação do pensamento burguês urbano. Desta forma, o Estado promoveu e regulamentou a instalação da indústria e as novas relações de trabalho que com ela surgem, como por exemplo, o assalariado urbano-industrial.

Além dessas ações, o Estado promoveu a instalação de infra-estrutura básica, começando pelos setores energético, de transportes e de uma rede de serviços. Para a objetivação das novas finalidades previstas pelos novos detentores do poder estatal, a aliança dos setores não tradicionais da produção agroexportadora com a burguesia urbana motivou a efetiva participação do Estado, quando não pela via direta através da instalação de indústrias de capital estatal, então pela via indireta com financiamentos e incentivos à iniciativa privada, para expandir fronteiras produtivas e incorporar terras e produtos ao mercado. Neste aspecto, destaca-se a importância da iniciativa privada, por meio de companhias colonizadoras particulares para a política de expansão e colonização do interior brasileiro que intensificou-se a partir dos anos de 1930-1940.

Num sentido mais amplo o conceito de colonização confunde-se com o de povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizada por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado (IANNI, 1979).

Os motivos que levam uma empresa a desencadear um processo de colonização de uma área são bastante diferentes conforme o caráter oficial ou privado da iniciativa. Uma empresa particular tem sempre o objetivo de obter lucro com o loteamento rural e, geralmente, seus interesses estão ligados ao tipo de exploração predominante na área.

A colonização propriamente oficial no Brasil tem sido promovida por causas de ordem político-militares e econômico-sociais. No primeiro grupo, podem-se incluir basicamente os objetivos de ocupação do território e garantia da soberania nacional nas fronteiras. No segundo, alinham-se as preocupações com a justiça social, tais como dar acesso à propriedade de terra; as preocupações com o emprego, tais como incentivar as migrações inter-rurais em contraposição às rural-urbanas; e as preocupações propriamente econômicas, tais como atender melhor à demanda de alimentos, promover o progresso econômico de uma região e deslocar a fronteira agrícola.

A ocupação dessas fronteiras, até então não incorporadas ao contexto socioeconômico nacional, desempenhou, segundo José Graziano da Silva (1982), três funções básicas. No plano econômico, era um armazém de gêneros alimentícios básicos. No plano social, representava uma orientação para os fluxos migratórios, sendo o *locus* da recriação da pequena produção e no plano político, era a válvula de escape de tensões sociais geradas no campo.

Dessa forma, a colonização surgiu como uma opção por parte do governo federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se, assim, uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Assim, colonização pressupõe, também, deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos de colonização privados, criando diretamente “frentes pioneiras”, que canalizavam nas regiões estagnadas o excedente populacional camponês ainda não de todo empobrecido.

2. ESTUDO DE CASO: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Na conjuntura acima descrita, surge a estratégia de colonização da região Oeste do Paraná, que por sua localização geográfica privilegiada, estava, até então, à mercê da exploração estrangeira (paraguaios e argentinos), o que representava, na perspectiva geopolítica, um risco à soberania nacional.

O Oeste do Paraná foi a última região geográfica do Estado a ser colonizada, e seu processo de ocupação se deu no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da

década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. O interesse de colonização da região surgiu, portanto, da necessidade de garantir a soberania nacional e da incorporação de maiores áreas à produção agrícola, num cenário de crescimento do consumo de alimentos nos centros urbanos e da dificuldade de importação de gêneros alimentícios durante a II Guerra Mundial (GREGORY, 2002).

A ideologia da “Marcha para o Oeste”, proposta pelo governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas, que ia desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais. Esta política nacional expansionista buscava a integração nacional e, concomitantemente, a organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas (LOPES, 2002).

Diante do interesse de efetivar a colonização e a inserção produtiva da região Oeste do Paraná, o Estado uniu forças com as companhias colonizadoras particulares e definiu alguns critérios para que o empreendimento tivesse sucesso. Dentre estes critérios, a estrutura fundiária teve significado especial, tendo em vista que o minifúndio garantiria uma ocupação mais densa da área, com redes de relações familiares e sociais sólidas, e, ao mesmo tempo, em que estimularia o incremento populacional, promoveria o abastecimento do mercado através da produção diversificada de excedentes.

O desenvolvimento dessa nova economia em formação esteve condicionado, antes de tudo, à constituição e ampliação de um mercado interno que teria que ser dinamizado numa ponta pelo aumento e diversificação da produção e, na outra, pela ampliação do consumo interno. Dentre os fatores que pressionaram estas mudanças pode-se citar o crescimento da população e a elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, pôde ir fazendo frente às demandas de consumo. A indústria nacional foi progressivamente substituindo, com seus produtos, a importação anterior de quase tudo que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves (IANNI, 1991).

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira, a partir de 1930, e com a consequente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa no modelo de desenvolvimento econômico, que buscava consolidar o seu projeto de consolidação da indústria nacional. No Brasil o Estado sempre cumpriu papel de destaque no manejo dos instrumentos de política econômica, entretanto, a partir de 1930, o exercício da liderança ativa tornou-se

qualitativamente distinta de períodos anteriores. Tratava-se de promover as modernizações social, econômica e administrativa do país (VIEIRA, 2003).

O grupo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha a percepção de um modelo de desenvolvimento fundado na concepção de um capitalismo nacionalista, isto é, a nação poderia libertar-se das demais, através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho. Na visão de Ianni (1987, p. 307-308), na história econômica brasileira do pós 1930 destacaram-se duas estratégias diferenciadas para promover o desenvolvimento:

Uma dessas tendências, que pode ser denominada estratégia de desenvolvimento nacionalista, predominou nos anos 1930-1945, 1951-54 e 1961-64. Ela tinha como pressuposto implícito, o projeto de um capitalismo nacional, como uma única alternativa para o progresso econômico e social. Nota-se que o capitalismo nacional deveria implicar na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos e continha o pressuposto de uma hegemonia possível, principalmente nas relações com os países da América Latina e da África. A outra pode ser chamada estratégia de desenvolvimento associado, predominou nos anos de 1946-50, 1955-60 e de 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado como única alternativa para o progresso econômico e social.

A principal diretriz que orientou o segundo mandato de Getúlio Vargas, entre os anos de 1951-1954, esteve pautada na doutrina nacionalista, orientada fundamentalmente para o fortalecimento da economia nacional, com o intuito de libertar o país de influências incompatíveis com seus interesses.

A política do capitalismo nacional foi rompida pela política da estratégia de desenvolvimento associado a partir de 1955, quando o presidente Juscelino Kubitschek – JK - promoveu o discurso de grandes empreendimentos para o Brasil, querendo fazer o país crescer em 5 anos o que ele não tinha crescido em 50. Esta fantástica fórmula, para ser concretizada, teria que romper necessariamente com a política nacionalista e abrir as fronteiras para a livre entrada, circulação e exploração do capital estrangeiro. É uma postura que aceita e promove o capital estrangeiro, para socorrer a burguesia nacional, além do que visava livrar o Estado da execução de projetos de produção e implantação de infraestruturas necessárias para o crescimento econômico do país.

O governo JK criou uma série de programas destinados ao desenvolvimento, dentre eles o Programa de Metas, que visava, de um modo geral,

transformar a estrutura econômica do país, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Dentre os objetivos do Programa, destacavam-se os seguintes: abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos em infra-estrutura a cargo do Estado; expandir a indústria de base, como a automobilística, e, ainda, estimular a poupança nacional e a modernização geral do sistema produtivo. Além disso, um dos alvos centrais do programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia (IANNI, 1991).

A base mais forte de compreensão da política que orientava o planejamento do Estado voltado para o capital estrangeiro é a que demonstrava que o Brasil poderia superar as estruturas arcaicas em tempo mínimo, pela incorporação de tecnologias já inventadas nos países desenvolvidos e pela instalação, em território brasileiro, de capacidades administrativas, de gerenciamento, de exploração e de transformação da matéria-prima, de articulação de políticas para o setor energético e de transportes (ZAART, 1998).

Nesta época, a nova postura política lança as bases da mudança da estrutura produtiva na região Oeste do Paraná. Na década de 1960, a estrutura que era até então exploratória (madeira), passa a ser preponderantemente agrícola, produzindo *commodities* como o milho, a soja e o trigo para abastecer o mercado interno. Já na década de 1970, após ser rapidamente povoado, o Oeste paranaense iniciou novas mudanças em sua base produtiva, impulsionado pelo cenário econômico nacional e pelas políticas estatais que atuavam, via incentivos, em prol da modernização agropecuária e pela integração da região aos mercados interno e externo, concomitantemente à ação das colonizadoras particulares e dos produtores, agentes e alvos desta transformação.

O governo adotou diversos instrumentos destinados a modernizar a lavoura e, estimulado por preços internacionais favoráveis e pela disponibilidade de um pacote tecnológico milagroso conhecido como “Revolução Verde” (composto por sementes melhoradas, por mecanização, por insumos químicos e biológicos e por crédito subsidiado), empreendeu uma profunda transformação na estrutura de produção agrícola tradicional em todo o país. A modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial – objeto prioritário do modelo de modernização proposto (MARTINE e GARCIA, 1987).

Nessa estratégia, a agricultura passou a ter um papel importante não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas. Ganharam destaque aquelas culturas consideradas “dinâmicas”, ou seja, destinadas à exportação ou à agroindústria e capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos químicos.

A atratividade dos preços internacionais reforçou o estímulo à erradicação de certas culturas e sua substituição por outras com maior demanda no mercado internacional. Esta substituição exigiu a reestruturação da organização social da produção, sendo que as pequenas propriedades tornaram-se inviáveis para a grande produção voltada para o mercado externo (MARTINE e GARCIA, 1987).

Apesar dos benefícios propostos pelo novo modelo de produção, devem ser considerados os impactos sociais causados pela introdução desses mecanismos, principalmente sobre o acesso à terra, o êxodo rural, a evolução do emprego, a dimensão da migração, a produção e a distribuição de alimentos, entre outros.

De um modo geral, principalmente após a década de 1970, as ocupações estáveis e permanentes no campo foram em grande parte desestruturadas devido à adoção de escalas de produção maiores, escalas que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não. A maior utilização de máquinas expulsou a mão-de-obra tradicional e as mudanças nas relações de trabalho expulsaram parceiros e arrendatários. Esses impactos, além de causarem um fluxo migratório bastante intenso no sentido rural-urbano, causando o inchamento das cidades, também transformou em assalariados um grande número de pequenos proprietários e os deslocou para as novas regiões de fronteira agrícola (MARTINE e GARCIA, 1987).

Tabela 1 - Categorias ligadas à terra (arrendatário, parceiro e proprietário) no Oeste do Paraná 1970-1995

Categoria	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1995
Arrendatário	10171	10479	5355	4888	3067
Parceiro	11823	16459	10386	9505	5933
Proprietário	48748	55171	53544	51438	44020

Fonte: IPEA

As três categorias apresentadas na tabela acima, foram, em grande parte, reduzidas não apenas pela modernização na agricultura (que inviabilizou as propriedades menores), mas o que decorreu deste fato, ou seja, a concentração fundiária. Desconsiderando as mazelas sociais decorrentes deste processo, a agricultura da região necessitou, a partir dessa nova etapa econômica, reorganizar suas atividades, que passaram a empreender modernas tecnologias e se destinarem ao mercado exportador. A agricultura continuou sendo o carro-chefe da economia regional, porém incorporou moldes capitalistas de produção, onde a

economia alimentar industrializada passou a comandar o crescimento econômico da região.

Na região Oeste paranaense, assim como em todo país, os impactos da modernização agrícola repercutiram com grande intensidade e causaram consequências drásticas tanto sobre a mão-de-obra rural como também sobre os pequenos proprietários, que não receberam, por parte do governo, os mesmos incentivos creditícios que os empresários agrícolas. Em detrimento disso, houve um aumento na ocupação de mão-de-obra em atividades urbanas, que segue a tendência de urbanização sofrida pelas áreas de fronteira agrícola.

Tabela 2: Pessoal ocupado em atividades urbanas na região Oeste do Paraná 1970-1995.

Categoria	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1995
Indústria	7975	14528	18195	17639	26622
Comércio	8107	18691	30379	39861	56459
Serviços	3754	10819	16966	20169	28841

Fonte: IPEA

A atividade que mais cresceu no período foi a de comércio, que além de amparar o setor agroindustrial, também deu suporte à população no tocante à área têxtil, alimentícia, entre outras. É importante salientar a integração dos diversos setores, sendo a agricultura a base econômica da região, pois grande parte das novas atividades que surgiram foram para dar suporte a esse setor. A prestação de serviços, que também teve um aumento expressivo, comporta, entre outras atividades, a mecânica de implementos agrícolas, empresas de crédito rural e de assistência técnica agrônômica às propriedades rurais.

Ao longo da década de 1970, o Brasil conheceu transformações que não se explicavam apenas pela aceleração da penetração do capitalismo nas esferas produtivas e sociais. A ação do Estado autoritário estava produzindo as bases necessárias para grandes mudanças sobre o território que traria a possibilidade real da existência de uma série de processos espaciais que, pela primeira vez na história, incorreria numa gama variada de fenômenos e de fluxos em várias direções do território nacional (MENEZES, 2000).

3. MUDANÇAS NAS CONJECTURAS POLÍTICAS PÓS 1964: O FAVORECIMENTO DA GRANDE PROPRIEDADE E DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Como forma de identificar diferenças entre as políticas que favoreceram a colonização a partir do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930, é possível distinguir duas fases: a primeira que se estendeu deste ano até 1964; e a segunda de 1964 até fins dos 80, quando este padrão de desenvolvimento parece ter sofrido forte inflexão, com o fim da ditadura militar. Este recorte temporal evidencia o golpe militar como um dos elementos centrais e que conferiram marca própria aos processos de colonização, que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional. Neste sentido, as experiências de colonização têm no Estado um forte aliado. Todo o aparato institucional e as políticas públicas implementadas desde então foram quantitativa e qualitativamente distintas dos projetos de colonização ocorridos entre 1930 e 1964.

No período que vai dos anos de 1930 e 1964 houve preocupação por parte do Estado em ocupar demograficamente as vastas áreas do território nacional, promovendo sua participação na produção econômica nacional, mas foi durante Estado Novo (1937/1945) que as experiências de colonização foram intensificadas. A “Marcha para o Oeste” e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional pela inclusão das fronteiras ocas ao mercado interno, que paulatinamente ia se formando. A dificuldade para que o projeto pudesse se completar residia, fundamentalmente, na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição impossibilitou a disseminação, pelo território nacional, de experiências deste quilate (LENHARO, 1986).

A partir de 1964, a história teve outros contornos. Entre 1964 e 1966, a estrutura econômica erigida com o Plano de Metas alcançou grande consistência e integração. Desde então, as estruturas de financiamento, de investimentos e de distribuição amadureceram seus instrumentos, tornando-se a um só tempo mais ágeis e mais consistentes. Em poucos anos, a colonização dirigida pôde ser impulsionada e o que se viu foi a proliferação das experiências de colonização por toda a área da Amazônia Legal, com absoluto destaque para o estado do Mato Grosso no que se refere à colonização particular (VIEIRA, 2003).

Na verdade, as políticas de planejamento do governo militar, pouco se diferem do que já havia sido iniciado no governo JK, em meados de 1950. Dentre os principais alvos destacaram-se: o incentivo à exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; o estímulo, sob o comando do estado, do mercado de

capitais; a criação de condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeira; a modernização das estruturas urbanas; a criação de novos meios de ocupação e dinamização da economia da Amazônia (IANNI, 1991). Neste último ponto, pode-se destacar a abertura e execução de obras rodoviárias, com o intuito de ocupar e tornar produtivas as terras da região Amazônica, estimulando para isso correntes migratórias vindas de todos os cantos do país.

A colonização que se difundiu após 1964 apresentava, no entanto, um duplo caráter, ausente no período anterior: pretendia, por um lado, mediar a valorização de capitais privados das empresas de colonização com os interesses geoestratégicos e de segurança interna do Estado e, por outro, constituir uma alternativa viável à resolução da questão agrária.

O conceito político-militar da ordem e progresso, presente após o golpe de 64 traz no seu significado a concepção da filosofia política elaborada pela Escola Superior de Guerra, que dentre outras coisas, pregava os princípios da segurança e da integridade do território nacional, a defesa da propriedade, da liberdade e da democracia. Em geral, neste período continuou prevalecendo o pensamento empírico-positivista que vinha orientando os governos anteriores e que tinha como ideal o desenvolvimento e ocupação de regiões de fronteira (ZAART, 1998).

A ocupação dessas áreas de fronteira passava pela estratégia geopolítica do estado e suas principais preocupações eram a de ocupar e desenvolver as regiões denominadas de “espaços vazios” e “fronteira oca”, que se caracterizavam pela ausência do elemento humano, do trabalhador, do capitalista, do Estado, da polícia, das infraestruturas produtivas e de serviços que caracterizam as arquiteturas dos espaços sociais contemporâneos. A questão central era a de promover a efetiva ocupação de regiões geográficas, levando a elas a civilização para promover a integração territorial em base a três elementos básicos, constituintes das relações capitalistas de produção: o homem, o capital e o trabalho (IANNI, 1986).

Da doutrina de segurança nacional e das mensagens presidenciais derivou a ordem de transformar as fronteiras vazias primeiramente num espaço político, através da ocupação, e, depois, num espaço econômico. Esta ideologia fica evidente tanto nos projetos de colonização implementados antes de 1964, como nos implantados nos anos posteriores. A multiplicação dos projetos de colonização na área da Amazônia Legal durante o regime militar resultou das opções contidas nas orientações políticas e econômicas a partir de então. Deste ponto de vista, o que ocorreu foi que a vertente reformista do Estatuto da Terra – favorável à reforma agrária – foi rapidamente suplantada pela de caráter modernizador. A transformação das propriedades rurais - minifúndios característicos da região Sul - em empresas rurais - latifúndios característicos da região Amazônica - deu a tônica do desenvolvimento no que concerne à questão agrária (ZAART, 1998).

À passagem do padrão de acumulação de base primário-nacionalista a outro de base industrial-exportador trouxe consigo uma multiplicação de temas e polêmicas debatidos no interior da sociedade brasileira. Dentre eles destacam-se os da questão agrária, notadamente em virtude da passagem do padrão do minifúndio de exploração familiar para o latifúndio empresarial, e a transferência do eixo da acumulação de capital do espaço rural para o urbano.

A agricultura, especialmente no que diz respeito à produção de *commodities*, passou a sustentar a produção urbana, respondendo pela geração de divisas necessárias à importação de bens de produção não produzidos no país. Além disso, a agricultura passou a responder pela produção de alimentos para o mercado interno.

O modelo de desenvolvimento em gestação desde 1930 conformava, também, uma nova composição de forças políticas e sociais, que exigiam do Estado ações e decisões de quilates distintos dos até então praticados.

Não por acaso o planejamento econômico a partir destes anos assumiu importância ímpar para a superação do relativo “atraso” em que se encontrava o país. As transformações estruturais por que vinha passando a economia brasileira naqueles anos atingiram seu clímax entre as décadas de 1950 e 1960. Os intensos debates e as acaloradas polêmicas do período davam o tom do “estado de espírito” das forças sociais que se apresentavam na cena política, buscando articular interesses e propostas em torno da temática do desenvolvimento econômico. O estado, operando mecanismos de perdas e ganhos entre as classes proprietárias, amparando as atividades industriais, induzindo as agrícolas a cumprirem papéis novos e manejando instrumentos de política econômica em prol da industrialização, concebia uma estrutura própria aos requisitos necessários à realização de um certo padrão de acumulação, isto é, criando e recriando as condições de reprodução deste padrão (VIEIRA, 2003).

Para dar sustentação a este padrão, uma medida adotada foi a colonização dirigida, que passou a ser da responsabilidade do Estado, e que pretendia, de modo geral, recriar novos espaços de produção para a economia nacional, assim como garantir a segurança nacional com a ocupação de espaços demograficamente “vazios”. Em outras palavras, os fatos que ocorreram neste período, trouxeram expressivos desdobramentos, quer de natureza social, quer política ou econômica, no que se refere à estímulos recebidos para a realização de empreendimentos de colonização, que ganharam destaque a partir de década de 1970.

A questão da segurança nacional, através da ocupação dos espaços “vazios”, já eram sentidos nas políticas do Estado Novo (1937-1945), porém com a instauração do regime militar ocorreu uma mudança fundamental em relação à base econômica e agrária do país. Assim, as políticas de colonização passaram a ser

fundamentalmente privadas e a produção em grande escala voltou-se ao mercado externo.

A colonização no Brasil, após este período, se constituiu na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se seus projetos na fronteira agrícolas de força de trabalho. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista: o processo que levou os grandes capitalistas a investirem na fronteira se fez acompanhar da necessidade de abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo, que se transformaram na força de trabalho para a execução dos projetos capitalistas.

Ao longo dos anos, desde 1930, a política econômica governamental foi estatizante ou privatista, nacionalizante ou internacionalista, desenvolvimentista ou estabilizadora, conforme a constelação política dominante e a natureza dos dilemas econômicos e sociais existentes. A partir do momento em que os militares tomaram o governo (1964), a política econômica adquiriu nova sistemática e orientação, em relação ao que se fazia antes. Sob vários aspectos, entretanto, as diretrizes governamentais do pós-1964 corresponderam a um aperfeiçoamento de tendências e realizações efetivadas nas décadas anteriores.

O uso do território, que historicamente se dá de forma seletiva e desigual, revela-nos a face geográfica da desigualdade, dada por organizações territoriais e pelas normativas políticas. O processo de modernização do território, intensificado com o último regime militar, garantiu a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional, atendendo às exigências de um mundo cada vez mais atingido pela globalização. Urbanização, industrialização e modernização agrícola são marcas deste período. A agricultura tornou-se uma atividade científica, fortemente dependente da informação e da pesquisa. Esta agricultura modernizada alterou as relações cidade-campo e exigiu a implantação de sistemas de engenharia complexos que garantissem a produção e, sobretudo, a circulação, uma vez que o mercado precedia a produção propriamente dita. O Estado participou de forma generosa, garantido a implantação de redes de circulação e comunicação. Esta agricultura vinculada diretamente ao mercado externo teve seus preços e sua produção definidos por ele, o que levou a economia brasileira a uma incomoda posição de subordinação, determinada pelo modelo agrário-exportador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparada das incidências das políticas de colonização do Estado brasileiro do antes e pós-regime militar possibilita o entendimento da relação existente entre a dinâmica do capital e as ações de governo no que diz respeito à organização territorial e o modelo de desenvolvimento econômico.

As políticas de colonização projetadas sobre a região em epígrafe estiveram intimamente ligadas às estratégias de integração do território nacional e, ao mesmo tempo, atenderam demandas específicas quer do modelo de desenvolvimento nacional quer do macro mercado capitalista internacional. No período que antecede o golpe militar de 1964, especialmente na era Vargas, o Estado exercia forte influência sobre a organização do território e fomentava o aumento e a diversificação da produção pela integração de novos espaços produtivos e a sua inserção no circuito de mercado nacional. Para isso, foi organizada uma colonização embasada em pequenas propriedades rurais, com a diversificação da agricultura para o abastecimento do mercado brasileiro.

As políticas formuladas por Juscelino Kubitschek, que indicavam para a necessidade de abrir o mercado nacional para o capital externo e voltar a produção agrícola para a exportação, foram potencializadas pelo regime militar. Novos espaços de produção foram integrados ao espaço econômico nacional.

O processo de modernização agrícola, intensificada no regime militar, garantiu a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional, atendendo às exigências de um mundo cada vez mais atingido pelo mercado global. Urbanização, industrialização e modernização agrícola são marcas deste período. A agricultura modernizada alterou as relações cidade-campo e exigiu a implantação de sistemas de engenharia complexos que garantissem a produção e, sobretudo, a circulação, que, para os interesses do mercado, precede a produção propriamente dita.

A renúncia ao modelo de desenvolvimento nacional e o propósito de um desenvolvimento associado desconstituíram o Estado do controle dos processos econômicos, entregando-os às forças do mercado. As estruturas produtivas, voltadas para o mercado agroexportador, conferiram às unidades produtivas um caráter empresarial, do que resultou um processo de concentração das propriedades e o deslocamento de grandes contingentes para novas fronteiras de trabalho e renda.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. 1997. Amazônia. 5ed. São Paulo: Ática.

CUNHA, J.M.P da.; ALMEIDA, G.M.R; RAQUEL, F.; CARVALHO, P. 2004. Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP.

GREGORY, V. 2002. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste.

IANNI, O. 1979. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes.

_____. 1986. Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1991. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IPEA. Instituto de pesquisas econômicas e aplicadas. <www.ipeadata.gov.br> Acessado em abril e maio de 2007.

LENHARO, A. 1986. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: EdUnicamp.

MARTINE, G.; GARCIA, R. (orgs). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. Scripta Nova – Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona, nº 69, agosto-2000. ISSN: 1 138-9788.

VIEIRA, P.A.S. 2003. Ordem e Progresso: Colonização e Desenvolvimento em Mato Grosso, o caso de Sinop. Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia – MG.

ZART, L. L.. 1998. Desencanto na nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80. Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC